

Plataformização e Educação Desplugada no Semiárido Baiano: um mapeamento sobre a proibição do *smartphone* numa escola do município de Paulo Afonso - Bahia

Autora 1: Kedma Betânia Dourado Bastos Guedes¹

Autor 2: Prof. Dr. Vinicius Silva Santos²

Resumo

O artigo analisa a plataformização da educação e suas implicações no cotidiano escolar a partir do mapeamento da proibição do uso de smartphones em uma escola pública de Ensino Médio, no semiárido baiano. Ancorado em referenciais críticos das culturas digitais, o estudo discute como as plataformas digitais reconfiguram práticas pedagógicas, relações interpessoais e processos de subjetivação juvenil, mecanismos de controle, vigilância e performatividade. A educação desplugada é apresentada como uma proposta contra hegemônica, que valoriza a convivência, a presença, os saberes territoriais e a autonomia. A pesquisa adota abordagem qualitativa, inspirada na etnometodologia implicada e na multirreferencialidade, buscando compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às práticas educativas em um contexto de tensões entre conectividade, território e formação.

Palavras-chave: Escola; Desplugada; Culturas Digitais; Juventudes; Semiárido Baiano.

Abstract

This article analyzes the platformization of education and its implications for daily school life, based on mapping the prohibition of smartphone use in a public high school in the semi-arid region of Bahia, Brazil. Anchored in critical frameworks of digital cultures, the study discusses how digital platforms reconfigure pedagogical practices, interpersonal relationships, and processes of youth subjectivation, as well as mechanisms of control, surveillance, and performativity. Unplugged education is presented as a counter-hegemonic proposal that values coexistence, presence, territorial knowledge, and autonomy. The research adopts a qualitative approach, inspired by implicated ethnomethodology and multireferentiality, seeking to understand the meanings attributed by subjects to educational practices in a context of tensions between connectivity, territory, and education.

Keywords: School; Unplugged; Digital Cultures; Youth; Semi-arid region of Bahia.

¹ Mestranda em Educação, Cultura e Território do Semiárido – PPEGESA – Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus VIII, e-mail: kguedes@uneb.br

² Prof. Dr. Adjunto da Universidade do Estado da Bahia - UNEB – Campus VIII. Docente do Mestrado em Educação, Cultura e Território do Semiárido – PPEGESA. E-mail: vssilva@uneb.br

Introdução

Na contemporaneidade, os fenômenos decorrentes das culturas digitais têm reconfigurado de maneira significativa o cotidiano humano, instaurando novas formas de ser, conviver e aprender. Parte expressiva das interações sociais passou a ser mediada por plataformas e redes sociais digitais que, para além de facilitarem a comunicação, produzem modos de existência, moldam subjetividades e influenciam comportamentos. No campo educacional, tais transformações se expressam na intensificação do processo de plataformização da educação, fenômeno que introduz no cotidiano escolar mecanismos de vigilância, controle, comunicação e visibilidade, incidindo diretamente sobre as práticas pedagógicas e as relações estabelecidas entre estudantes e docentes.

Nesse contexto, as plataformas digitais operam como mediadoras das ações humanas, reorganizando tempos, espaços e interações no ambiente escolar. A expansão das tecnologias digitais e o avanço da hiperconectividade têm alterado de forma significativa os processos de ensino-aprendizagem, bem como as dinâmicas relacionais, produzindo efeitos visíveis na constituição das subjetividades juvenis. Tais processos têm potencializado conflitos psicossociais que extrapolam os limites da escola, demandando reflexões críticas acerca dos impactos da plataformização sobre a educação e sobre a formação humana.

Este artigo integra os estudos preliminares de uma pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios do Semiárido (PPGESA), intitulada “*Educação Desplugada no Cotidiano Escolar: mapeamento sobre a proibição do uso de smartphones*”. O estudo busca analisar os imbricamentos das culturas digitais no cotidiano escolar, com ênfase nas tensões geradas pela presença — e, em alguns casos, pela proibição — do uso de dispositivos móveis no espaço educativo, compreendendo tais movimentos como expressões da plataformização da educação.

O recorte territorial da pesquisa situa-se no município de Paulo Afonso, localizado no norte do estado da Bahia, integrante da região do semiárido brasileiro. Situado às margens do Rio São Francisco e fazendo limite com os estados de Alagoas, Sergipe e Pernambuco, o município apresenta características singulares de circulação cultural, econômica e social, configurando-se como espaço de passagem e agregação regional.



Localização de Paulo Afonso na Bahia



Localização de Paulo Afonso no Brasil

Localização de Paulo Afonso na Bahia

Sua formação histórica, marcada pela presença de povos originários — especialmente Mariquitas e Pancarus —, pelos processos de colonização no sertão e pela consolidação como polo energético a partir da construção do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso, produziu modos específicos de convivência com o semiárido, articulando saberes locais, práticas de resistência e arranjos sociais próprios que atravessam o contexto escolar.

Nesse cenário, refletir sobre práticas educativas que se contraponham à lógica padronizadora das plataformas digitais torna-se uma necessidade premente. A perspectiva da educação desplugada emerge como possibilidade de construção de experiências pedagógicas humanizadoras, capazes de fortalecer vínculos, estimular o pensamento crítico e valorizar aprendizagens situadas no território. Ao mesmo tempo, não se trata de negar o uso das tecnologias digitais, mas de problematizar suas formas de inserção nos processos educativos, compreendendo o uso de dispositivos como um ato político e ético, orientado pelos princípios da autonomia, da diversidade e do respeito às subjetividades.

Dessa forma, o artigo propõe uma reflexão inicial sobre a plataformização da educação e suas reverberações no cotidiano escolar, tomando o território do semiárido como espaço de análise e a educação desplugada como horizonte teórico-metodológico para pensar práticas educativas mais críticas, contextualizadas e comprometidas com a formação humana.

Fundamentação teórica

A plataformação da educação corresponde ao fenômeno progressivo de dependência das plataformas digitais (como *Google Classroom*, *Microsoft Teams*, *Amazon*, *Apple* e *Meta*) tendo como uns dos objetivos a mediação na relação ensino-aprendizagem e gerenciamento dos serviços escolares. Tendo como impulsionador as *Big Techs*³, que em grande medida, são produtoras das plataformas que se transformaram no alicerce estrutural para a plataformação da educação. De acordo Santaella (2020), experienciamos uma época de “presença ubíqua”, em que as pessoas são cotidianamente perpassadas por intensa transmissão de informações e concomitantes estímulos. Enquanto Lemos (2023), apresenta a percepção de “ambiência digital”, em que as pessoas são intervencionadas por dispositivos e algoritmos representando modos atuais de comunicação e vigilância.

Plataformização da Educação: conceituação, capitalismo de informações e repercussões na escola pública brasileira

A conceituação de plataformação surge na dimensão das análises críticas da comunicação e da cultural digital para marcar o processo em que as plataformas digitais alicerçam relações sociais, educacionais e na esfera das instituições. Através do texto seminal produzido por Van Dijck, Poell e De Waal (2018), a plataformação corresponde a gradativa convergência das plataformas como infraestruturas delimitadora da convivência humana, ocorrendo impulsionada pelos algoritmos, blocos de dados e referências econômicas organizadas pelo contínuo acesso de informações. Na esfera da educação, o evento é ampliado por meio do agrupamento de plataformas digitais na gestão administrativa e pedagógica do campo escolar. Nesse cenário, Lemos (2023) coopera para melhor entendimento dos procedimentos ao tratar sobre a materialização da sociedade de plataformas, pauta pelo desempenho das influentes empresas tecnológicas que desenvolvem a integração da comunicação, processo de sociabilidade e elaboração de conhecimento. Segundo o autor, não existe neutralidade frente as plataformas, já que manifestam no fundamento da vigilância, do controle e sequestro da atenção, sendo direcionadas por pautas financeiras e construção políticas. Inserir-las ao contexto educativo, esses mecanismos

³ São as maiores e mais influentes empresas de tecnologia do mundo (como Google, Amazon, Meta, Apple, Microsoft) que dominam o mercado global com produtos e serviços digitais inovadores, exercendo enorme poder econômico e cultural, impactando a forma como vivemos, nos comunicamos e consumimos, baseadas em modelos escaláveis e inovação constante em áreas como IA, nuvem e dados.

intervêm duramente no cotidiano pedagógico e da administração escolar, impondo outras maneiras de regular a prática docente e as elaborações dos discentes.

Tal ação se apresenta diretamente vinculada ao sistema de capitalismo de dados, padrão econômico que transmuta comportamentos, relações e subjetividades em elementos destinados à dominação do mercado. Seguindo o que desperta Santaella (2020), agimos em contexto cultural pautado pela onipresença das tecnologias digitais, em que as pessoas estão constantemente conectadas e invadidas por transmissão de informações ininterruptas. No cotidiano escolar essa condição é percebida através de patrulhamento presente no controle e vigilância, na obrigatoriedade de apresentar desempenho satisfatório – seguindo as métricas das avaliações externas - mesmo sem assegurar efetiva aprendizagem e pela coleta de dados educacionais, que direcionam as tomadas de decisões no âmbito administrativo e pedagógico, por vezes desvirtuando o objetivo do processo da construção do saber para a priorização de marcadores quantitativos e performáticos.

Outro viés possibilitado pela estrutura da plataformização é o intenso estímulo à performance no campo educativo. Frente a essa complexidade, Sibilia (2008) afirma que na contemporaneidade a cultura digital promove ações de auto exposição, constante visibilidade e comparações que atinge a formação das identidades juvenis e suas subjetividades. No espaço escolar, o ato da performance é externado pelo enaltecimento de destaques, registros, produção de relatórios e classificações hierárquicas, promovendo uma educação centrada na obrigação de exibir resultados, em contraponto ao fortalecimento de construções pedagógicas de caráter dialógicos, reflexivos e contextualizados. Desse modo, o público que compõe majoritariamente o processo ensino-aprendizagem – discentes e docentes – são transformados em sujeitos em constante avaliação, seguindo os critérios e métricas estabelecidas pelas plataformas.

No Brasil, as consequências da plataformização dentro das escolas públicas mostram-se profundamente desafiador frente às desigualdades estruturais que caracterizam o complexo educacional. A crescente implantação de plataformas digitais, vem acontecendo em muitos casos sem círculos de discussão com a comunidade envolvida, sem debaterem as implicações na construção pedagógica, na formação ética e cultural. Nessa conjuntura existe a propensão em estimular processos de padronização curricular e tornar imperceptível as características territoriais, especialmente no nosso contexto de semiárido baiano, em que as

possibilidades de acessibilidade às tecnologias digitais são alcançadas por restrições de infraestruturas, conectividade e recursos.

Direcionar a intervenção educativa para Big Techs, a educação pública arrisca a autonomia em estabelecer projetos pedagógicos contextualizados com as vivências dos sujeitos escolares e ficar subordinada a lógica mercadológica. Seguindo essa linha, articulando com Santaella (2020) e Lemos (2023), refletir de modo criterioso e crítico a plataformização da educação pressupõe debater as formas de apoderar das tecnologias e a quais pilares (valores, bases econômicas e políticas) a proposta de sociedade está alicerçada. Por isso, a implicação é referendar a urgências de práticas educativas que discerne o campo algorítmico e estimulem a autonomia, a convivência e os conhecimentos locais, principalmente em territórios que historicamente trazem as marcas dos atos que impulsionaram as desigualdades, mas também as resistências.

Nesse campo, Sibilia (2008) acrescenta que as redes digitais corroboram na fundamentação de que a superexposição envolvendo exposições performáticas do eu e comparação continuamente com outras pessoas, vem comprometendo a formação da subjetividade prejudicando a autoestima, saúde mental e relacional. Essas alterações fazem parte do cotidiano de crianças e jovens, exemplo da “Geração Enzo”⁴, dialoga com as observações Haidt (2024) quando descreve uma “geração ansiosa”, caracterizada pela recomposição das relações interpessoais e afetivas em tempos de *smartphone*. Tendo a construção da subjetividade desenvolvida por meio da conectividade, auto exposição e busca por validação virtual, enquanto mecanismo de pertença, aceitação e convívio entre pares.

Na dimensão da educação contextualizada no semiárido baiano, esse estudo busca mapear as consequências envolvendo a proibição do uso de dispositivos *smartphones*, no cotidiano escolar de estudantes do ensino médio em escola pública da região nordeste do Brasil, com ênfase nas relações interpessoais presentes no espaço escolar, o que demanda revisitar o processo de mediação e uso dos dispositivos no ambiente escolar, com ênfase numa abordagem contextualizada.

Segundo Carvalho (2012), pelo viés da convivência com o semiárido é imperativo romper com concepções reducionistas de ignorância e ausências, enaltecendo a cultura local e ações de resistência inerente à população em geral. Por isso, ao discutir a plataformização na educação, não consiste em contrapor-se a uma adesão acrítica ao digital, mas de promover práticas pedagógicas que vinculem tecnologia, territorialidade e autonomia crítica. Para

Freire (1996), a autonomia é a construção contínua da capacidade de tomar decisões conscientes e transformar o mundo, um processo que ocorre através de experiências, diálogo, reflexão crítica e respeito pela história e saber do outro.

Para refletir sobre o processo de plataformização e uso dos dispositivos digitais no semiárido baiano é necessário ter o entendimento da vivência juvenil junto às redes digitais pode perpassar pelo vazio existencial, afetivo e simbólico e a necessidade de pensar os desafios vividos na escola, no tocante à mediação quanto ao uso dos *smartphones* com fins educacionais e sua proibição, sendo urgente pensar estratégias pedagógicas que ajudem na formação centrada nos princípios da convivência, solidariedade, formação das identidades e saberes locais.

Capitalismo de dados⁵, vigilância e performatividade escolar

A ampliação das plataformas digitais nos espaços educacionais não corresponde, somente, unicamente a um movimento de inovações na esfera da pedagógica ou de expansão do acesso a recursos tecnológicos. Implica, principalmente, em um processo encravado na lógica mais profunda do capitalismo de dados, no qual a coleta, o processamento e a circulação massiva de informações tornam-se basilares para a elaboração de valor econômico, político e simbólico. Assim, a escola passa a configurar-se como um espaço estratégico de extração de dados, onde as ações do dia-a-dia de ensino, aprendizagem, avaliação e interação são continuamente registradas, monitoradas e analisadas por sistemas algorítmicos operados, em grande medida, por organizações privadas.

As plataformas digitais compõem estruturas de poder, na medida em que mediam as interações sociais por meio de infraestruturas técnicas totalmente isentas de neutralidade, porém direcionadas por objetivos econômicos e a coerência de mercado. No campo escolar, essas estruturas redirecionam a maneira como o conhecimento é construído, avaliado e validado, desviando o ponto focal do processo de aprendizagem para indicadores quantificáveis de desempenho, engajamento e produtividade. A plataformização da

⁴ Conceito sociocultural brasileiro presente nas redes sociais, composta por jovens hiperconectados, nativos da era digital.

⁵ Modelo econômico onde dados pessoais e comportamentais se tomam a matéria-prima principal para gerar lucro, transformando a experiência humana em mercadoria, especialmente através do Capitalismo de Vigilância, que coleta e analisa esses rastros digitais para prever e influenciar o comportamento futuro, criando novos mercados e modelos de negócios lucrativos, principalmente com Big Techs.

educação, desse modo, colabora para a estabilização de uma cultura educacional direcionada por métricas, rankings e padrões comparativos, que mitigam a complexidade dos processos formativos a dados quantificáveis.

Essa lógica métrica escora a intensificação da avaliação contínua, na qual discentes e docentes são continuamente chamados a apresentar resultados, participação e eficiência. A racionalidade da performance perpassa o cotidiano escolar, transformando ações pedagógicas em registros avaliativos constantes, por vezes distanciados dos ritmos, contextos e singularidades dos sujeitos envolvidos. Nesse cenário, o aprender deixa de ser um processo dialógico e experiencial para tornar-se um conectado de evidências digitais que afirmam a “existência” do discente ou do docente dentro do sistema.

O autor André Lemos (2023) contribui para esse debate ao propor o conceito de ambiência digital, compreendida como uma intersecção do social e do técnico no qual dispositivos, plataformas e algoritmos interferem de modo ativo nas práticas sociais. Na escola, essa ambiência elabora uma vigilância disseminada, não centralizada apenas em instituições estatais, mas espalhadas em sistemas de gestão, aplicativos educacionais e plataformas de comunicação. Nesse contexto, a vigilância opera de maneira difusa e integrada ao ambiente, sendo agrupada às rotinas escolares como condição de organização, eficiência e transparência, sem ampla problematização de seus impactos éticos e pedagógicos.

Esse sistema de vigilância e verificação colabora para a formação de sujeitos performativos, conceito que dialoga diretamente com as reflexões de Paula Sibilia (2008) sobre a cultura da visibilidade. No cenário da plataformização, discentes e docentes são estimulados — e, por vezes, constrangidos — a expor suas atividades, opiniões e produções, renegando vivências educativas em conteúdos suscetíveis de exibição, comparação e legitimidade externa. O “ver e ser visto” torna-se um princípio condutor da vida escolar, desarticulando o valor da aprendizagem para sua capacidade de gerar reconhecimento, engajamento e métricas positivas.

O processo performático não se restringe à dimensão pedagógica, mas recai intensamente sobre a elaboração das subjetividades, principalmente entre jovens, em que a socialização acontece em próxima articulação com as culturas digitais. A necessidade de validação constante, mediada por plataformas, pode ampliar sentimentos de inadequação,

ansiedade e competição, fragilizando vínculos coletivos e reduzindo o espaço para o erro, a experimentação e o silêncio — elementos fundamentais ao processo educativo. Conforme aponta Sibilia (2008), a centralidade da exposição pública tende a levar o foco do interior para a expressão externa do eu, produzindo maneiras de existência forçadas pela percepção do outro.

Assim, ao articular as contribuições de Van Dijck et al. (2018), Lemos (2023) e Sibilia (2008), evidencia-se que a plataformização da educação não é um fenômeno puramente técnico, mas profundamente político, cultural e subjetivo. A escola, inserida nesse sistema, lida com o desafio de resistir ao arrefecimento da educação a dados, performances e métricas, reafirmando seu papel como ambiente de formação crítica, convivência e produção de sentidos que escapem à lógica mercadológica das plataformas.

Subjetividade juvenil, hiperconectividade e sofrimento psíquico

A construção das subjetividades juvenis na contemporaneidade ocorre em estreita articulação com as culturas digitais e com os ambientes mediados por plataformas. Para além do uso instrumental das tecnologias, as juventudes elaboram sentidos sobre si mesmas, sobre o outro e sobre o mundo a partir de experiências profundamente atravessadas pela conectividade contínua, pela circulação de imagens e pela mediação algorítmica das interações sociais. Nesse contexto, as plataformas digitais não apenas ampliam possibilidades de comunicação, mas passam a operar como organismos construtores de identidade, pertencimento e reconhecimento social.

O autor Jesús Martín-Barbero contribui de maneira decisiva para esse entendimento ao deslocar o centro da análise dos meios para as mediações culturais, compreendidas como os processos sociais, simbólicos e históricos que representam as incorporações tecnológicas. Para ele, as juventudes não podem ser refletidas como sujeitos homogêneos ou passivos diante das tecnologias, mas como sujeitos que constroem sentidos a partir de suas experiências, territórios e relações. Acrescentando que na ausência de uma “antropologia urbana, a tendência dominante é de uma concepção monoteísta da identidade, étnica, forte, nítida, concepção a partir da qual é impossível identificar o juvenil hoje.” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 30). Entretanto, ao passo que as redes digitais possibilitam novas formas de expressão dos jovens, elas também remodelam as mediações tradicionais — a exemplo da escola, família e comunidade — conflitando os modos de socialização e aprendizagem.

Nessa conjuntura, a hiperconectividade passa a atuar como um elemento estruturante da vida juvenil, reorganizando o tempo, a atenção e os vínculos afetivos. A

lógica da conexão permanente produz um estado de atenção fraturada, no qual múltiplos estímulos competem simultaneamente pela percepção dos jovens, dificultando processos de concentração, escuta e aprofundamento reflexivo. Seguindo o que apresenta Haidt (2024), a intensificação do uso de smartphones e redes sociais, especialmente a partir da infância e da adolescência, está associada ao aumento significativo de quadros de ansiedade, depressão e sensação de inadequação social, configurando o que o autor nomeia como “geração ansiosa”.

A busca por pertencimento digital torna-se, assim, um eixo principal da experiência juvenil. Curtidas, comentários, visualizações e compartilhamentos trabalham como dispositivos simbólicos de validação, nos quais o valor do sujeito é frequentemente medido por sua visibilidade e capacidade de engajamento. Esse processo contribui para a constituição de identidades performativas, nas quais o “ser” tende a ser substituído pelo “parecer”, conforme analisa Sibilia (2008). A exposição contínua do eu, mediada pelas plataformas, produz uma subjetividade voltada para o exterior, dependente do reconhecimento do outro e vulnerável às constantes comparações.

É nesse cenário que surge, no contexto brasileiro, a noção sociocultural da chamada “Geração Enzo”, termo que, embora carregado de ambivalências e estigmatizações, demonstra tensões reais vividas por jovens hiperconectados. A categoria não deve ser compreendida como um rótulo de intensa coesão, mas como um marcador discursivo que revela inquietações sociais acerca da fragilidade emocional, da dificuldade de frustração e da dependência das mediações digitais. Quando refletida criticamente, essa noção permite problematizar não os jovens em si, mas as condições sociais e tecnológicas que estruturam suas vivências de crescimento, socialização e aprendizagem.

Estabelecendo uma triangulação entre Haidt (2024), Sibilia (2008) e Martín-Barbero (2014), compreende-se que o sofrimento psíquico juvenil não pode ser simplificado a uma questão individualizada ou patológica, mas deve ser situado no mutuo cruzamento entre cultura digital, economia da atenção⁶ e transformações nas mediações sociais. A escola, enquanto espaço natural de convivência e formação, encontra-se no núcleo dessas tensões, sendo desafiada a repensar suas práticas frente à hiperconectividade e à plataformização,

⁶ Conceito que trata a atenção humana como um recurso escasso e valioso, competindo com uma superabundância de informações, especialmente na era digital.

sobretudo no que se refere à promoção de vínculos, escuta e experiências educativas que favoreçam a presença, a alteridade e o pensamento crítico.

Nesse sentido, debater subjetividade juvenil no contexto das culturas digitais implica reconhecer tanto as potencialidades quanto os riscos entrelaçados nesse processo, impelindo abordagens moralizantes ou deterministas. Corresponde a elaborar entendimento envolvendo as juventudes como sujeitos históricos, situados em territórios específicos, cujas experiências digitais demandam mediações pedagógicas sensíveis, críticas e comprometidas com a promoção da saúde emocional, da autonomia e da construção coletiva de sentidos.

Convivência com o semiárido como epistemologia

De acordo com a história, o semiárido brasileiro foi exposto a partir de um aspecto centrado na ausência, na carência e na impossibilidade, estabelecendo um imaginário social que o vincula à escassez — de água, de desenvolvimento, de conhecimento e de perspectiva. Essa visão reducionista, largamente utilizada por abordagens políticas, midiáticas e inclusive educacionais, provocou profundas consequências subjetivas e concretas, cooperando para a segregação dos saberes locais e para a desvalorização dos vários modos de existência, organização social e produção de conhecimento das populações que habitam esse território. Discutir essa narrativa implica num movimento epistemológico e político essencial para compreender o semiárido não como obstáculo a ser vencido, mas como território vivo de saberes, práticas e resistências.

A concepção da convivência com o semiárido, conforme organizada por Carvalho (2012), apoia a quebra com o paradigma bélico do “combate à seca”, redirecionando a visão para as potencialidades do território e para as estratégias históricas de adaptação, cuidado e sustentabilidade desenvolvidas pelas populações locais. Consiste em reconhecer o semiárido como um espaço de produção de conhecimentos contextualizados, elaborados a partir da ética relação envolvendo ambiente natural, cultura e sociedade. Assim, o território distancia de ser visto unicamente como espaço físico geográfico e começa a ser concebido como camada epistemológica, em que experiências, memórias, práticas comunitárias e modos de vida compõem maneiras autênticas de saber.

Na esfera educacional, adotar a convivência com o semiárido como epistemologia implica revisitar os currículos, as metodologias e as relações pedagógicas, de modo a enaltecer os saberes territoriais e romper com padrões homogêneos e descontextualizados de

ensino. Nesse sentido, a escola, pode atuar tanto como transmissora de epistemologias hegemônicas — comumente atreladas a lógicas urbanocêntricas e tecnicistas — quanto como espaço de resistência e afirmação cultural. A definição por uma educação contextualizada, comprometida com o território, representa uma tomada de posição política frente às desigualdades históricas que atravessam o semiárido.

Essa discussão dialoga diretamente com o pensamento de Paulo Freire (1996), ao afirmar que a educação é um ato político e ético, fundamentado no respeito aos saberes dos sujeitos e na construção da autonomia. Para Freire, ensinar demanda reconhecer a historicidade dos educandos, suas experiências de vida e os contextos concretos nos quais estão inseridos. Desse modo, uma pedagogia aportada na convivência com o semiárido aproxima-se da pedagogia freiriana ao apreciar o diálogo, a escuta e a problematização da realidade como princípios formativos. O território, nessa visão, torna-se elemento mediador do processo educativo, possibilitando a leitura crítica do mundo e a transformação da realidade vivida.

As resistências culturais e pedagógicas existentes no semiárido manifestam-se em práticas educativas que afirmam a coletividade, a oralidade, a solidariedade e a relação respeitosa com o ambiente. Essas práticas pressionam as referências educacionais padronizadas e centralizadas, principalmente aquelas mediadas por plataformas digitais que tendem à homogeneização dos conteúdos, dos tempos e das formas de aprender. Ao reconhecer o semiárido como território de saberes, evidencia-se que a educação não se limita ao espaço formal da escola, mas se constrói na interação entre gerações, nas experiências comunitárias e nas práticas cotidianas de convivência.

Nesse sentido, territorializar o debate sobre educação e plataformização constitui compreender que os impactos das tecnologias digitais não se dão de forma uniforme, mas são atravessados por desigualdades sociais, econômicas e culturais. A imposição de padrões educacionais alicerçados em plataformas globais desconsidera, muitas vezes, as especificidades territoriais e fragiliza processos pedagógicos que valorizam a presença, a escuta e o vínculo comunitário. A convivência com o semiárido, enquanto epistemologia, oferece subsídios para pensar alternativas pedagógicas que resistam à lógica da padronização e afirmem uma educação comprometida com a autonomia, a dignidade e a pluralidade dos modos de existir.

Assim, ao articular educação, território e convivência, esta pesquisa registra-se em

uma perspectiva que reconhece o semiárido baiano como espaço de produção de conhecimento e de práticas educativas contra hegemônicas. Similar posicionamento não invalida a relevância das tecnologias digitais, entretanto reivindica seu uso crítico, contextualizado e ético, em diálogo com os saberes locais e com os projetos de vida das juventudes que habitam esse território.

Metodologia

A presente pesquisa está sendo desenvolvida sob a abordagem qualitativa, por compreender que esse caminho metodológico possibilita a apreensão da realidade a partir dos significados, valores e práticas sociais construídos pelos sujeitos no cotidiano (MYNAYO, 2010). Frente a complexidade do fenômeno, a pesquisa vem sendo alicerçada na perspectiva da etnometodologia implicada, que favorece o entendimento das práticas sociais através das próprias percepções das pessoas, respeitando as formas como elaboram significado e direcionam a organização rotineira de um espaço escolar. Como também, será inspirada na concepção epistemológica da multirreferencialidade desenvolvida por Macedo (2012), por considerar a pluralidade e os múltiplos aspectos dos padrões coletivos, onde articular a diversidade cultural e áreas do conhecimento para construir um entendimento mais amplo e crítico sobre o contexto a ser investigado. Esta pesquisa será desenvolvida em uma escola pública do Ensino Médio, tendo como grupos focais estudantes, professores/as e equipe gestora. Como dispositivos de produção de dados, utilizaremos registro em diário de campo; entrevistas semiestruturadas e análise de documentos institucionais.

Discussão

Despontando como um evento estruturante da contemporaneidade, o processo da platformização da educação imprime uma lógica educacional centrada em algoritmos, padrões e na busca por identificação de performance. As plataformas arbitram na mediação da elaboração do conhecimento e construção das relações interpessoais, enaltecendo práticas pedagógicas focadas no “ver e ser visto” como questão preponderante para o reconhecimento e validação social – nisso estudantes e docentes são atravessados por mobilizações reguladas por algoritmos e preceitos econômicos a ser performativos produtores de conteúdos para comprovar “existência”. Alinhado ao que afirma Sibilia (2008), a cultura digital de modo recorrente altera a percepção das vivências humana, sendo direcionada para evidenciar campo exterior, promovendo um viver deslocado para atender a perspectiva do olhar do outro.

Conforme indica Haidt (2024), a hiperconectividade vem contribuindo para o aumento no número de pessoas mais ansiosas, inseguras e com dificuldade de concentração – marcante entre adolescentes. Nessa conjuntura, a educação desplugada desponta como proposição contra hegemônica e de reconstrução dos vínculos pessoais, no intuito de confrontar a estrutura de dependência tecnológica e resgate ao reconhecimento da importância da consciência do corpo, das experiências adquiridas e do estado de presença. Entretanto, como adverte Lemos (2023), a complexidade do processo da plataformização sucinta análise aprofundada e crítica no que tange as manifestações de poder e apropriação das informações, atenção e interações das pessoas.

Vincular essas questões à conjuntura do semiárido baiano levanta reflexões particulares, pois o território e sua territorialidade, tradicionalmente segregado como reprodução da escassez, apresenta como espaço geográfico e de relações abundantes no modo como lidam com os desafios e a riqueza das práticas e saberes (CARVALHO, 2012). Encontramos nessas epistemologias do território enfrentamento a narrativa que promovem a padronização das plataformas, sustentando o processo ensino-aprendizagem alicerçado na coletividade, na interação com oralidade e no pensamento crítico quanto ao uso. Em todo o caso, a oposição ao processo da plataformização não fica restrito aos questionamentos às tecnologias, mas consiste em idealizar o espaço escolar como local de resgate da convivência dialógica e autônoma, em consonância com o pensamento freiriano que afirma ser na prática da tomada de decisão consciente que a liberdade é aprendida (FREIRE, 1996).

Os dados apresentados pela pesquisa TIC *Kids Online* Brasil⁷ 2025, realizada pelo Cetic.br, comprovam que a presença das plataformas digitais é uma realidade massiva⁸ na vida de crianças e adolescentes brasileiros, com destaque para o uso aproximadamente

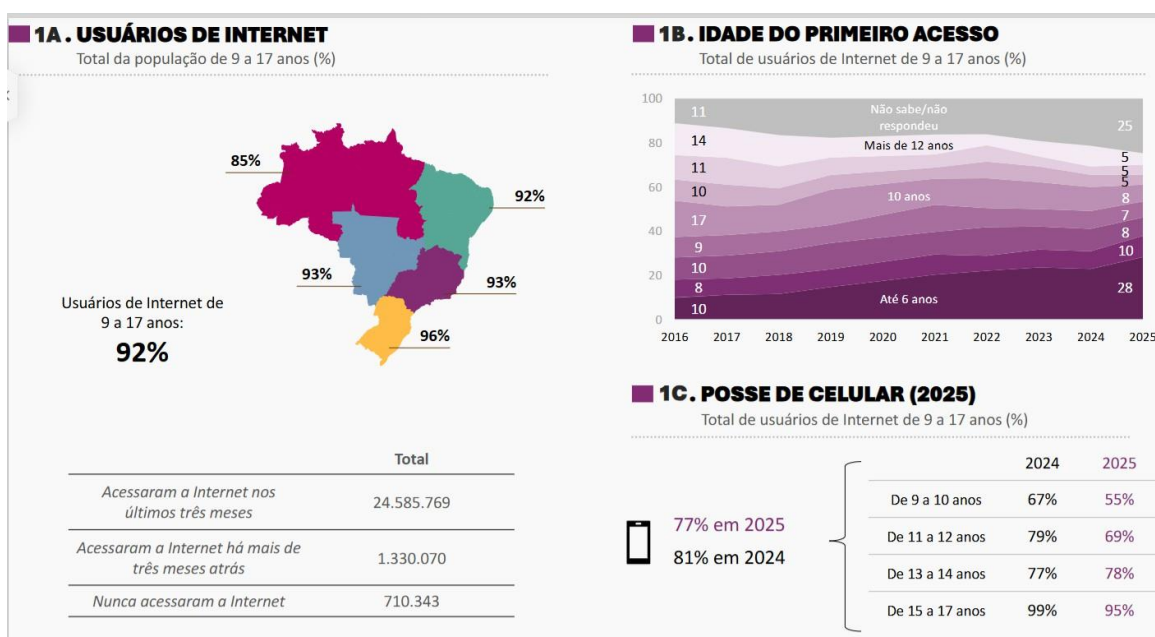
⁷ Pesquisa anual do Cetic.br (NIC.br/CGI.br) que investiga como crianças e adolescentes (9 a 17 anos) usam a internet no Brasil, analisando oportunidades, riscos, uso de IA generativa, plataformas digitais, e a mediação dos pais, gerando dados essenciais para políticas públicas e educação digital.

⁸Refere à Realidade Estendida (XR), que engloba tecnologias como Realidade Aumentada (AR), Virtual (VR) e Mista (MR), onde elementos digitais se fundem ao mundo real para criar experiências imersivas e interativas, com aplicações em jogos, educação, varejo (experimentar produtos) e treinamento profissional, e a tendência é que essas tecnologias se tornem cada vez mais integradas ao nosso dia a dia, transformando a forma como interagimos com informações e ambientes.

universal do *smartphone* como principal dispositivo de acesso à internet. Mesmo que a pesquisa não apresente especificamente os dados por território do semiárido baiano, seus resultados permitem inferir direções relevantes quando articulados às condições sociais e

territoriais de municípios como Paulo Afonso, marcado por desigualdades estruturais, limitações de infraestrutura escolar e forte concentração do acesso caseiro à internet.

No contexto do semiárido, o *smartphone* assume uma função ainda mais estratégica, pois geralmente corresponde o único meio de acesso às plataformas digitais, à informação, às redes sociais e às dinâmicas de sociabilidade juvenil. A pesquisa aponta que o uso das plataformas ocorre majoritariamente fora da escola, principalmente no ambiente familiar, o que reforça a existência de uma separação entre a vivência digital vivida pelos jovens e o espaço escolar, onde o acesso é mais restrito ou regulamentado. Em Paulo Afonso, essa desconexão tende a se ampliar diante das condições estruturais das escolas públicas e das recentes normativas de proibição do uso de *smartphones*, gerando conflitos entre controle escolar e práticas juvenis já estabelecidas.

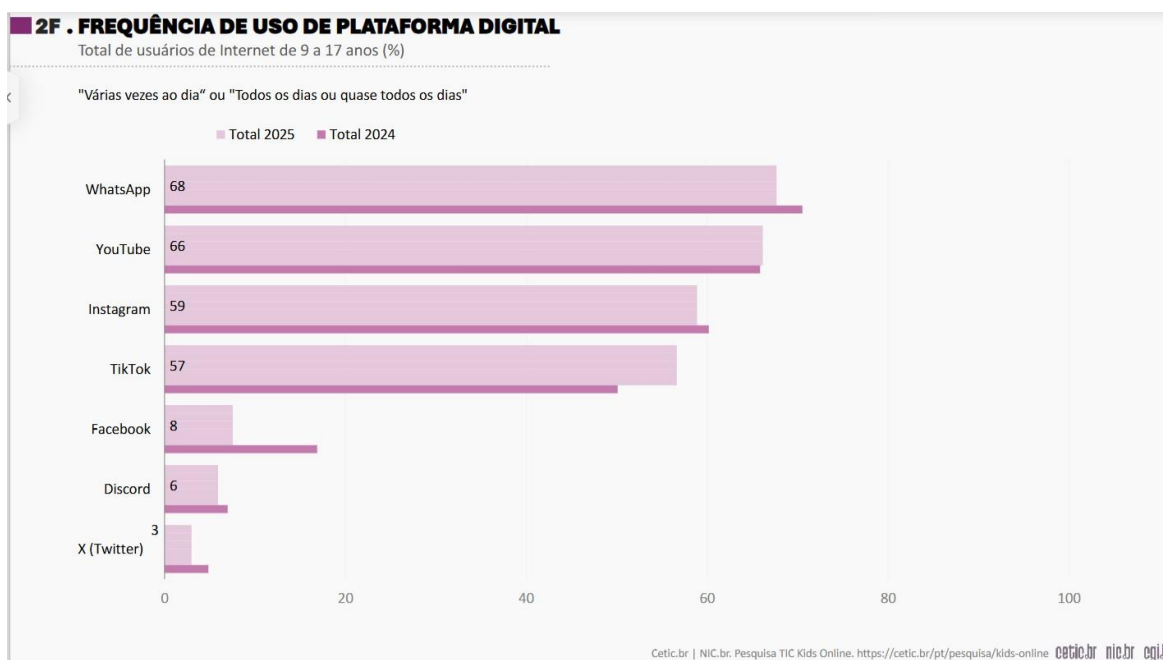


Cetic.br | NIC.br. Pesquisa TIC Kids Online. <https://cetic.br/pt/pesquisa/kids-online>

Essa conjuntura anuncia que, ainda que a escola procure regular ou restringir o uso dos dispositivos móveis como estratégia de enfrentamento à distração, à indisciplina ou ao sofrimento psíquico associado à hiperconectividade, os jovens continuam intensamente imersos nas plataformas em seus cotidianos extramuros escolares. De acordo apontam os dados nacionais, redes como *WhatsApp*, *YouTube*, *Instagram* e *TikTok* fazem parte do cotidiano juvenis, atuando como espaços de pertencimento, expressão identitária e

elaboração de vínculos. No semiárido de Paulo Afonso, essas plataformas também operam como mediadoras simbólicas que conectam os jovens a circuitos culturais globais, muitas vezes em contraste com as referências locais e escolares.

Nesse ponto, a proibição do *smartphone* na escola, quando não acompanhada de práticas pedagógicas mediadoras e contextualizadas, corre o risco de exacerbar a distância entre a cultura juvenil e a cultura escolar, acentuando uma lógica disciplinar insuficiente para dialogar com a vivência concreta dos discentes. Partindo da análise dos dados da TIC Kids Online, torna-se evidente que o desafio não consiste somente em restringir o uso das plataformas, mas em compreender como elas organizam as subjetividades juvenis e os modos de estar no mundo, em especial nos territórios historicamente marcados por invisibilizações como o semiárido baiano.



Deste modo, discutir plataformização e educação no contexto do município de Paulo Afonso implica reconhecer que a escola está inserida em um sistema social e tecnológico mais abrangente, onde os jovens já chegam atravessados por processos de conectividade, visibilidade e performatividade. A educação contextualizada no semiárido, articulada aos princípios da convivência com o território, pode proporcionar trajetos para uma mediação crítica do uso das tecnologias, evitando tanto a adesão acrítica às plataformas quanto sua plena negação. Nessa perspectiva, a educação desplugada, surge não como recusa da cultura digital, mas como poderosa estratégia pedagógica de reconstrução dos vínculos, fortalecimento da presença e valorização dos saberes territoriais, em diálogo com os desafios

contemporâneos vividos pelas juventudes do semiárido de pauloafonso.

Algumas Considerações

A reflexão construída no decorrer deste artigo corrobora que a plataformização da educação não se restringe à incorporação instrumental de tecnologias digitais no dia-a-dia escolar, mas estabelece uma dinâmica estrutural que redireciona práticas pedagógicas, os processos de gestão, maneiras de avaliar e, principalmente, a elaboração das subjetividades juvenis. Ao agir a partir de lógicas de extração de dados, vigilância contínua e performatividade, as plataformas digitais elaboram novos mecanismos de visibilidade e controle que perpassam a escola pública, conflitando seus valores formativos e éticos.

Nesse aspecto, a análise crítica sobre a plataformização da educação demanda posicionamentos políticos que interroguem qual projeto de humanidade, de juventude e de sociedade está sendo produzido no interior dessas estruturas digitais. Os dados da pesquisa *TIC Kids Online Brasil* reforçam que crianças e adolescentes estão hiperconectados às plataformas, especialmente por meio do *smartphone*, o que aumenta os desafios educacionais pertinentes à atenção, ao sofrimento psíquico, à exposição de si e à construção identitária. Diante desses elementos, respostas que se limitem puramente a normas ou proibições apresentam-se como insuficientes, sendo necessárias práticas pedagógicas que favoreçam a mediação, consciência crítica e contextualização apropriada.

Ao territorializar o debate no semiárido baiano, de modo específico no município de Paulo Afonso, o artigo reafirma o ponto focal do território como camada analítica e política. Distante de ser um espaço de ausência ou escassez, o semiárido configura-se como território de saberes, resistências culturais e práticas pedagógicas próprias, que tensionam a homogeneização determinada pelos padrões educacionais e tecnológicos hegemônicos. Nesse prisma, a articulação entre plataformização e educação no semiárido evidencia que os impactos das tecnologias digitais são atravessados por desigualdades históricas, materiais e simbólicas, demandando abordagens que reconheçam as epistemologias locais e as maneiras de vida do território.

Nesse panorama, a educação desplugada, apresenta não como negação da cultura digital, mas como estratégia ética, pedagógica e política de cuidado, presença e reconstrução dos vínculos sociais. Ao valorizar o encontro, a escuta, a convivência e os saberes territoriais, tais práticas contribuem para a formação de sujeitos críticos, capazes de se relacionar com

as tecnologias de forma consciente, criativa, coletiva e responsável. Espera-se, assim, que esta pesquisa contribua para o fortalecimento de práticas educativas que resistam à lógica da performatividade e da vigilância, promovendo uma educação comprometida com a dignidade humana, a justiça social e a transformação da realidade no contexto do semiárido brasileiro e baiano.

Além disso, torna-se fundamental reconhecer que a escola, enquanto instituição social, ocupa um lugar estratégico na mediação entre juventudes, tecnologias e projetos de futuro. Em um contexto marcado pela intensificação da lógica algorítmica e pela naturalização da vigilância digital, a escola pública é convocada a reafirmar seu papel como espaço de desaceleração, problematização e produção de sentido, no qual o tempo educativo não se submete integralmente às métricas de desempenho, engajamento e produtividade. Essa tarefa exige o fortalecimento da autonomia docente, a valorização do trabalho pedagógico situado e o investimento em processos formativos que possibilitem aos educadores compreender criticamente as arquiteturas digitais e seus efeitos sobre os modos de aprender, sentir e se relacionar. Ao assumir essa postura, a escola contribui para a construção de uma educação que não apenas ensina a usar tecnologias, mas que forma sujeitos capazes de interrogá-las, resistir às suas imposições e reinventar coletivamente outras formas de convivência, aprendizagem e participação social.

Referências

CARVALHO, Luzineide Dourado. **Natureza, Território e Convivência**. São Paulo: Paco Editorial, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HAIDT, Jonathan. **A Geração Ansiosa: como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais**. Tradução de Lígia Azevedo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

LEMONS, André Luiz Martins. **O Futuro da Sociedade de Plataformas no Brasil**. Intercom: Revista brasileira de ciências da comunicação, v. 46, p. e2023115, 2023.

MACEDO, R. S. **A etnopesquisa implicada**. Brasília: Liber Livro, 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Jovens entre o palimpsesto e o hipertexto**. São Paulo: Edições Sesc, 2014.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR – NIC.br; **Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil, ano 2025.** São Paulo: Cetic.br, 2025. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/pesquisa/kids-online/indicadores/>> Acesso: 17/12/2025.

SIBILIA, Paula. **O show do eu:** a intimidade como espetáculo. São Paulo: Escuta, 2008.

SANTAELLA, Lucia. **Cultura digital.** São Paulo: Paulus, 2020.